

O futuro é a Nação brasileira

Irapuan Costa Júnior

(APL) p2

Após um trabalho desgastante que durou mais de ano e meio, aprovou-se a nova Constituição Brasileira. É natural, dado o espírito nacional a um só tempo alegre e conciliador, que se festejem o fim dos trabalhos, que se esqueçam as divergências, que se programem as solenidades de assinatura, promulgação, etc. Pessoalmente, contudo, não posso deixar de grafar ao lado de minha assinatura neste importante documento, a oração: (assinado) "com restrições", não obstante as admoestações a essa minha atitude. Ela é pesada e amadurecida.

Explico: entendo Constituição de um País como seu ordenamento jurídico, fundamental para a defesa do cidadão contra os excessos do poder. Particularmente, contra os excessos do Governo, que pretende ser o poder maior, mormente nos países pobres como o nosso.

Vivendo como vivi a gênese desta Constituição, não posso concordar com que ela atenda esta finalidade em sua plenitude. Não atendeu ela esse requisito básico, fundamental, em inúmeros de seus importantes detalhes, e o futuro pagará por isso. Formaram-se nas subcomissões, comissões e no plenário, ao sabor de interesses ora econômicos, ora ideológicos, ora políticos, ora geográficos, grupos, blocos, que por sua maior ou menor expressão numérica influíam mais ou menos nos



dispositivos que se aprovavam ou rejeitavam.

O resultado é a existência no texto constitucional, principalmente nos títulos VI e VII (da Tributação e Orçamento e da Ordem Econômica e Financeira), de um arquipélago de interesses plantados. Isto é, inverteu-se a equação: a Constituição protege, em muitos casos, o poder, fatias muito minoritárias da Nação, contra os interesses do cidadão, da sociedade como um todo.

Longe de mim negar a existência de dispositivos bastante liberais, principalmente no título II (dos Direitos e Garantias

Fundamentais), descontadas algumas tiradas demagógicas enfim aprovadas. Mas como garanti-los sem nos libertarmos dos graves problemas econômicos que nos acicatham, preocupação primeira da Nação brasileira como todos sabemos, mesmo sem consultar as pesquisas de opinião que estão nos jornais?

Beneficiando minorias ou vitalizando toda a Nação?

Assinei a Constituição Brasileira com restrições, pois não pode um código maior proteger grupos menores a custa do atraso do Brasil e do desemprego. Não pode incentivar as reservas de mercado que protegem a ineficiência e via de consequência a alta dos custos que são pagos por todos. Não pode afugentar os capitais de que necessitamos para o investimento produtivo sob pena de continuarmos a negar aos nossos jovens que chegam ao mercado de trabalho o elementar direito de construir seu próprio futuro. Não pode incentivar a concentração geográfica de renda, mantendo como já se disse, países de faces as mais diversas dentro de um mesmo País, onde a miséria do Norte e Nordeste se chocam com a afluência do Sudeste. Quem pagará por estas impropriedades, às quais estendi minhas restrições? O futuro pagará por elas. E o futuro, é toda a Nação brasileira.

□ Irapuan Costa Júnior é senador da República (PMDB-GO)